

LAZER E A OPÇÃO DECOLONIAL: DIÁLOGOS TEÓRICOS E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS¹

Recebido em: 28/12/2020

Aprovado em: 29/01/2021

Licença: 

*Joise Simas de Souza Maurício*²

*Jordânia de Oliveira Eugênio*³

*Juliana Araújo de Paula*⁴

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte – MG – Brasil

*Khellen Cristina Pires Correia Soares*⁵

Instituto Federal do Tocantins (IFTO)
Palmas – TO – Brasil

*Raquel Rocha Nunes*⁶

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte – MG – Brasil

RESUMO: Atentas à necessidade de olhar o lazer a partir de uma perspectiva outra, assumimos a opção decolonial movidas por nossas experiências de pesquisa. Apresentamos nesse ensaio argumentos conceituais do debate decolonial construídos na América Latina a partir de uma incursão teórica. Nosso olhar parte de estudos, concluídos e em andamento, com mulheres em situação de rua, mulheres negras, povos indígenas e sobre as manifestações culturais do Festejo do Tambor Mineiro e do Boi-Bumbá de Parintins. Essas experiências empíricas nos movem a um pensar outro que confronte as estruturas hegemônicas coloniais. A partir da discussão sobre temporalidade, cultura e educação dentro de uma perspectiva contra-hegemônica, buscamos construir pontes entre o campo de lazer e a decolonialidade. Assim, ressaltamos a necessidade de lançar um olhar a partir das práticas sociais, especificamente nossos contextos de pesquisa, e fazer ressoar vozes e perspectivas de mundo que operam com outras lógicas para nos orientar e fornecer contribuições na direção de um lazer decolonial ou ainda de uma possível construção decolonial do lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades de Lazer. Decolonialidade. Cultura.

¹ Este ensaio nasceu de reflexões e discussões suscitadas nos encontros do grupo NaPrática (Núcleo de Estudos sobre Aprendizagem na Prática Social), do qual todas as autoras fazem parte.

² Discente de doutorado em Estudos do Lazer (UFMG), mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), pesquisadora do GPPCPAM (UFAM) e do núcleo de estudos NaPrática (UFMG).

³ Discente de doutorado em Estudos do Lazer (UFMG), mestra em Turismo (UFF) e pesquisadora do núcleo de estudos NaPrática (UFMG) e do grupo MobLatus (UFF).

⁴ Discente de doutorado em Estudos do Lazer (UFMG), mestra em Educação (UFMG), pesquisadora do EduDança (UFMG) e do núcleo de estudos NaPrática (UFMG).

⁵ Pós Doutoranda em Educação (UFMT), Doutora em Estudos do Lazer (UFMG), pesquisadora do núcleo de estudos NaPrática (UFMG), Oricolé (UFMG) e COEDUC (UFMT).

⁶ Mestra em Estudos do Lazer (UFMG) e pesquisadora do núcleo de estudos NaPrática (UFMG).

**LEISURE AND THE DECOLONIAL OPTION: THEORETICAL DIALOGUES
AND POSSIBILITIES OF CONTRA HEGEMONIC CONSTRUCTIONS**

ABSTRACT: Aware of the need to look at leisure from another perspective, we assume the decolonial option promoted by our research experiences. In this essay we present conceptual arguments of the decolonial debate built in Latin America from a theoretical incursion. Our view is based on studies, concluded and in progress with women on the street, black women, indigenous peoples and cultural manifestations of the Festejo do Tambor Mineiro and Boi-Bumbá de Parintins. These empirical experiences take us to a different thought that confronts the colonial hegemonic structures. From the discussion on temporality, culture and education in a hegemonic perspective, we seek to build bridges between the field of leisure and decoloniality. Thus, we emphasize the need to take a look at social practices, specifically our research contexts, and make voices and perspectives of the world resonate that work with other logics to guide us and provide contributions towards decolonial leisure or even a possible decolonial construction of leisure.

KEYWORDS: Leisure Activities. Decoloniality. Culture.

Introdução

Aliadas ao entendimento da necessidade de transcender os olhares hegemônicos para o lazer assumimos de forma inicial, o desejo de mirar os processos sociais a partir de perspectivas outras. Compreendendo o colonialismo como sistema contínuo que, mesmo com os movimentos de independência e com o fim das relações coloniais, se perpetua, produzindo cotidianamente processos de interdição e silenciamentos, mortes físicas e simbólicas. A partir dessa chave conceitual é possível trazer uma compreensão de partida que lança luz ao fato de que interdições epistemológicas são impostas a certos modos de presença no mundo, como aqueles sobre os quais lançamos nossos olhares como pesquisadoras.

Ao nos aproximarmos então dos estudos decoloniais latino-americanos, nos voltamos para nossas ancestralidades, conversamos com nossas histórias e memórias para compreendermos melhor nossa passagem por este mundo para além das marcas que foram incutidas pelas tantas leituras enviesadas de realidades que, por vezes, não nos representam e tão pouco representavam a diversidade do povo brasileiro.

Nessa direção, por sermos mulheres, temos nossas vidas e corpos atravessados por relações patriarcais de dominação, abuso, pertencimento e, não obstante, luta. Essa última, por sinal, é que nos move em nossas pesquisas acadêmicas, nos fazendo empreender e assumir, além de batalhas epistêmicas, uma luta política e cultural.

Por termos pesquisas com temáticas que se diferem no campo dos estudos do lazer, mas que se cruzam na urgência de conceber esse campo a partir de outra visão de mundo que não seja a eurocêntrica, capitalista, patriarcal e racista, nos unimos na empreitada de escrever este ensaio. No entanto, por ser uma escrita preliminar de aproximação e discussão conceitual, não é nosso intuito adentrar ou discutir especificamente a pesquisa de cada uma, mas compreendemos a importância de referenciá-las. Portanto, apontamos que os estudos com os povos indígenas (SOARES, 2017) e o Festejo do Tambor Mineiro (NUNES, 2020) vinculados ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, são pesquisas já concluídas; ao par que os estudos com mulheres em situação de rua, mulheres negras e sobre o Boi-Bumbá de Parintins, realizadas no mesmo Programa de Pós Graduação, são pesquisas de doutoramento em andamento.

Nesse sentido, buscamos neste texto construir possibilidades de um pensar outro que aproxime o campo do lazer à perspectiva decolonial, visando trazer para a cena formas de estar e compreender o mundo que foram (são) historicamente negadas e/ou descredibilizadas. Partimos da compreensão que o lazer - definido a partir da categoria tempo - invisibiliza importantes dinâmicas e experiências que escapam das lógicas temporais moderno/coloniais; experiências que se fundamentam e conectam à dimensão da existência, do cotidiano, do trabalho, da luta, da devoção e da celebração. Assim, consideramos ser relevante amplificar o entendimento de outros modos de viver, possibilitando a compreensão de visões alternativas de mundo que estabelecem um

diferente olhar para as práticas culturais decorridas na vida cotidiana das pessoas, grupos e comunidades, o que inclui também uma visão alternativa para o lazer.

O campo de estudos do lazer, ao qual vinculamos nossas pesquisas, têm suas construções a partir de raízes europeias, da mesma forma como tantos outros conhecimentos. Porém, nossa condição de mulheres latino-americanas que realizam pesquisas em contextos nos quais as re-existências⁷ tensionam a hegemonia eurocêntrica nos impõem a necessidade de construir novos entendimentos de lazer que contemplem a vida e processos sociais que transcorrem nas fronteiras.

Como já apontaram Gomes e Elizalde (2014) acerca do Lazer e a América Latina, é necessário “construir concepções próprias, contextualizadas, problematizadoras, críticas, criativas e alternativas sobre o tema” (p.126). Nesse mesmo sentido, os autores ainda discorrem que o lazer pode tanto continuar fortalecendo as relações de colonialidade partindo de suas produções de conhecimento, como tem potencialidade para provocar novos olhares e produzir outros tempos e espaços contra-hegemônicos.

Diante disso, motivadas pela enunciação de Gomes e Elizalde (2014) e levando em conta as especificidades e diferenças existentes no contexto de nossas pesquisas com as mulheres em situação de rua, mulheres negras, povos indígenas, ou das realidades do Festejo do Tambor Mineiro e do Boi-Bumbá de Parintins que resistem à lógica colonial, dialogamos com o lazer, a princípio, a partir da dimensão da cultura, o que possibilita a compreensão de “diferentes modos de expressão das experiências culturais, entrelaçadas a sentidos tanto históricos quanto situados na vida cotidiana” (GOMES *et al.*, 2016, p.108).

⁷ Grosfoguel e Mignolo (2008) atribuem ao pensador, artista e ativista colombiano Adolfo Achinte Albán o conceito de re-existência. Utilizar o termo dessa forma e não como resistência significa abordar o enfrentamento à lógica da modernidade/colonialidade.

A opção por esse entendimento do lazer nos faz caminhar ainda de encontro com a dicotomia “tempo de trabalho *versus* tempo de descanso” que, por anos delineou a discussão acerca do lazer no Brasil, sendo influenciada e difundida no país pelo francês Joffre Dumazedier que concebe o lazer a partir do contexto da Europa pós Revolução Industrial, período em que o mesmo afirma ser o início do ritmo que deu vida ao “tempo de descanso” em oposição ao tempo de trabalho (DUMAZEDIER, 1976). No entanto, concordamos com Gomes (2014) que, ao tomar essa compreensão do lazer de forma dicotomizada, reiteramos a manutenção de uma lógica evolutiva linear ocidental que delimita as histórias, as culturas, os saberes e práticas, além de demarcar o tempo.

Por isso, assumir o lazer para além do olhar dicotômico – típico da ciência moderna – estabelecido no binômio trabalho/lazer, seria uma possibilidade de ruptura dos processos de produção simbólica da modernidade que tem a perspectiva do controle, do domínio e do “trabalho” (esse enquanto transformação material/simbólica da “natureza” e dos “sujeitos”) como uma das centralidades das relações sociais.

Apesar de apontada a hegemonia entre trabalho/lazer que oculta outras formas de produção da vida existentes no mundo, reconhecemos no campo Lazer, especialmente nas produções do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, trabalhos que apontam articulações que dialogam diretamente com o caminho de pesquisa que buscamos traçar: desvelar os processos a partir dos quais se constituem práticas de lazer em contextos de re-existência. Destacamos, nesse aspecto, aqueles que abordam as práticas sociais de lazer como um espaço de protesto, demarcação das diferenças, opressões e desigualdades (VIANA, 2013; JESUS, 2015; KANITZ, 2011; FELIZARDO JUNIOR, 2017; PALHARES, 2017; COSTA, 2013; 2017; SOUZA, 2016; MELO, 2013; NIGRI, 2014).

Nesse sentido, para além de adotar uma conceituação, partimos do entendimento de lazer como perspectiva de análise. Inspiradas nas reflexões de Debortoli (2012), entendemos o lazer nessa proposta de estudo como uma lente, uma forma de olhar para os processos.

O Lazer, mais que um conceito ou objeto, é tomado como um processo, como uma maneira de viver, subvertendo uma lógica objetivada e instrumental da modernidade, que toma o Lazer como experiência social secundária, compensatória ou projeto de futuro. Ao contrário, para compreender a prática social, proponho enfatizar a arte, o corpo, a co-responsabilidade e sensibilidade com a vida e com o mundo na centralidade das relações (DEBORTOLI, 2012, p.3).

O autor, a partir desse viés, defende que a noção de lazer provocaria o que denomina de “inversão da lente do mundo”, ou seja, leva para a centralidade práticas e expressões que “na história da civilização ocidental foi progressivamente relegada a sua periferia, como a arte, a imaginação, o sagrado, o corpo, a música, a dança, a poesia, etc.” (DEBORTOLI, 2012, p.16). Tomar o lazer como instrumento de análise possibilitaria a inversão do modo de perceber a vida e, por isso, da forma como decorrem nossas produções, engajamentos e participação social (DEBORTOLI, 2012).

Entendemos, dessa maneira, que o tempo atual é de busca por epistemologias alternativas que nos auxiliem a pensar nossa realidade, observar os conhecimentos, saberes e tecnologias que nascem das lutas e da justiça social. Esse tempo é também de reconhecimento de memórias e histórias de luta, além de construção histórica e cultural das sociedades colonizadas a partir dos séculos XV e XVI.

Estamos buscando rever assim, a elaboração de mundo que se deu pelo europeu, que trouxe consigo o conceito de modernidade para justificar ideologicamente sua dominação sobre os povos nativos. Logo, estamos dizendo da necessidade de valorização da dimensão da oralidade, da escuta dos saberes produzidos pelos povos atravessados pela colonialidade, da compreensão de que estes saberes estão inscritos em outras linguagens – não necessariamente a escrita – ampliando o entendimento de que

“a oralidade não se reduz a ação da voz, mas expansão do corpo, embora não o esgote. A oralidade implica em tudo o que, em nós, se endereça ao outro: seja um gesto mudo, um olhar” (ZUMTHOR, 1997, p. 203).

O movimento deste ensaio é o de valorizar as narrativas elaboradas a partir da nossa história ancestral como povo da América do Sul, como povo brasileiro que com toda sua indigeneidade e africanidade insurge e questiona o desenvolvimento e apropriação do conhecimento gerado no mundo em que somente se reconhece o saber dos povos dominantes em detrimento de outras epistemologias.

Não por acaso, apresentamos na presente narrativa a ideia de acessar outros saberes para pensarmos o campo de estudos do lazer. Estamos alinhadas à compreensão de que a ciência ocidental moderna, para sua expansão, criou zonas de não ser. Frantz Fanon (2008) demonstra que o colonialismo, mediante o racismo, produz uma divisão do mundo entre a zona do ser e a zona do não-ser. Ele argumenta que os sujeitos coloniais, em geral, e os negros, em particular, habitam a zona do não-ser e, por isso, são invisibilizados pelo olhar imperial. Pela lente da decolonialidade entendemos que o processo histórico brasileiro, por meio do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado, lançou a existência de indígenas, pessoas negras e mulheres para zonas de não ser, para além, é claro, das pessoas idosas, com deficiência, da comunidade LGBTQIA+, moradores da zona rural, população em situação de rua, entre outros.

A certeza de superioridade de alguns grupos humanos faz com que outros seres da natureza não sejam reconhecidos como seres vivos que compõem a necessidade de equilíbrio pleno das vidas. As relações construídas ao longo do tempo são extrativistas, assim, o colonialismo e o capitalismo imprimiram a ordem do saqueamento da natureza e da exploração nas relações de trabalho. Ailton Krenak (2020, p.10) diz que parece terem elegido uma casta – a humanidade – e todos que estão fora dela são a

sub-humanidade, de tal modo, não só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho, vamos largando tudo que não nos interessa, o que sobra: a sub-humanidade, e alguns de nós fazemos parte dela.

Portanto, pensar em outros caminhos a partir de uma compreensão contra-hegemônica é buscar olhares para o campo do lazer a partir de experiências étnicas/raciais nas quais os sujeitos estão inseridos em outras temporalidades e territorialidades – seja na festa, na aldeia ou na rua – o que nos convida a um cotidiano de resistências que, nos desafia na construção de nossas pesquisas no âmbito político e social, vislumbrando como perspectiva de caminho a aproximação com os estudos decoloniais, que nos apresentam um desafio epistemológico de construir com o outro e não sobre o outro.

Dito isso, este artigo está dividido em dois aparatos, sendo o primeiro a apresentação dos argumentos teóricos do debate decolonial construído na América Latina e a discussão sobre temporalidade a partir de um viés decolonial. Já o segundo, refere-se às pontes entre decolonialidade e o campo de lazer, construídas por meio, tanto de aproximações teóricas, quanto de algumas de nossas experiências e processos de pesquisa. Sobre este último aparato destaca-se ainda que as discussões presentes no mesmo não se esgotam, ao contrário, se caracterizam por ser o limiar de uma forma outra de pensar as epistemologias do lazer.

Caminhos Decoloniais: Constituição de uma Forma Outra a Partir da América Latina

A lógica colonial produziu e mantém produzindo diferenças que desencadeiam opressões. Na medida em que é pautada pelo ideário universalizante da figura do

homem branco europeu e que tudo que sai dessa regra ocupa o lugar de inferiorização, é descredibilizado e anulado.

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais (QUIJANO, 2005, p.118).

Há uma diversidade de debates teóricos que abordam as questões do colonialismo e os processos de opressão a ele relacionados. Adotamos neste artigo o termo colonialidade para nos referir a continuidade das relações coloniais, pois optamos por tomar como fio condutor os estudos decoloniais produzidos no contexto da América Latina.

Atribuem-se ao fim da década de 1990 as origens do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) formado por intelectuais latino-americanos de diversas universidades das Américas. No entanto, já havia uma discussão acerca desta temática a partir de um enfoque no argumento pós-colonial que segundo Ballestrin (2013, p. 91) “percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado”.

Em 1992, inspirado no Grupo Sul-asiático de Estudos Subalternos⁸, foi constituído o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos (GLES) nos Estados

⁸ Em 1970, formou-se o Grupo Sul-asiático de Estudos Subalternos que tinha como projeto analisar criticamente não somente a historiografia da Índia realizada por ocidentais europeus, como a historiografia produzida pelos (as) indianos (as) reforçando o pós-colonialismo como um movimento epistêmico, político e intelectual. E, em 1980, tornaram-se conhecidos fora da Índia os *subaltern studies*, termo adotado de Antonio Gramsci, onde subalterno é usado para designar qualquer subordinado “em termos de classe casta, idade, sexo, profissão ou qualquer outro modo” (MALLON, 2010, p. 155 *apud* AMARAL, 2015, p. 16).

Unidos, ano de reimpressão do texto de Aníbal Quijano “Colonialidade e modernidade-racionalidade”, inserindo a América Latina no debate pós-colonial (BALLESTRIN, 2013). Este grupo, após divergências teóricas, foi desagregado em 1998, ano em que se iniciaram os primeiros encontros entre os membros que futuramente formariam o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C).

O M/C foi se estruturando através de seminários, encontros e publicações (BALLESTRIN, 2013). Muitos dos integrantes do grupo já vinham desde a década de 1970 desenvolvendo linhas de pensamento crítico próprias como a Filosofia da Libertação de Dussel, a Teoria da Dependência de Quijano e a Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein. Tais linhas fazem parte da genealogia do grupo M/C assim como outras que influenciaram o pensamento crítico latino-americano do século XX. Ainda que tenha suas raízes na influência pós-colonial, o Grupo recusa seu pertencimento a essa corrente assim como a outras influências recebidas.

Segundo Ballestrin (2013), o processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição do Norte Global e suas criações, nem associado ao que é puramente do Sul, mas sim um contraponto e resposta à tendência onde o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica. O Giro Decolonial, termo proposto por Nelson Maldonado-Torres, diz respeito ao movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade (BALLESTRIN 2013). A decolonialidade⁹, portanto, aparece como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade.

Os esforços teóricos empreendidos pelo Grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade nos levam a compreender a modernidade como uma

⁹ A supressão da letra “s” do termo descolonização foi sugestão feita por Catherine Walsh para a utilização da expressão de-colonização com ou sem hífen, marcando a distinção entre o projeto decolonial do Grupo M/C e a ideias de descolonização via libertação do colonialismo (BALLESTRIN, 2013).

ferramenta de reprodução dos padrões hierárquicos globais (RESTREPO e ROJAS, 2010; MIGNOLO, 2007) que não acomodam em seu bojo as múltiplas experiências dos sujeitos cujos corpos seguem sendo atravessados pelas marcas violentas da colonização. Dessa forma, o M/C propõe desde sua gênese outro olhar crítico às Ciências Sociais e Humanas; um olhar para além dos Estudos Culturais e estudos pós-coloniais; um olhar, ao final que, invertendo a lógica do lugar de enunciação da modernidade (MIGNOLO, 2007) e da produção de conhecimento, apresenta a ética, a política, e a episteme do colonizado a partir da sua própria experiência e narrativa histórica (RESTREPO e ROJAS, 2010; RIBEIRO, 2019).

Nessa perspectiva, o pensamento decolonial percorre um caminho epistêmico com vistas a alcançar outra compreensão do mundo que está além do que a Europa validou como universal. Tal empreitada, porém, não parte e nem é exclusiva apenas dos estudos latino-americanos, havendo diálogo entre este pensamento e outras teorias existentes em geografias distintas que, se aproximam, no entanto, por serem marcadas pela modernidade e colonialidade hegemônica (MIGNOLO, 2007). Contudo, ainda que reconheçamos a importância do que foi e vem sendo produzido em outros lugares geográficos do mundo, neste trabalho, por sermos mulheres latino-americanas brasileiras, assumimos os estudos decoloniais a partir dessas discussões e entendimentos.

Percorrendo o Argumento Teórico Decolonial

A opção pelo giro decolonial nos movimenta para uma direção na qual algumas diferenciações precisam ser compreendidas. A primeira delas trata-se da distinção entre os estudos decoloniais latino-americanos e o estudos pós-coloniais, sendo os últimos, estudos referentes às experiências pós-coloniais na Índia (RESTREPO e ROJAS, 2010).

Além disso, a temporalidade também se mostra diferente, pois, enquanto a perspectiva decolonial tem como contexto a colonização da América Latina e Caribe, entre os séculos XVI e XIX, realizada por Espanha e Portugal no viés da primeira modernidade; os estudos pós-coloniais dizem respeito ao contexto da colonização da Ásia e África feita por países do norte europeu, como França, Inglaterra e Alemanha entre os séculos XVIII a XX, na chamada segunda modernidade (RESTREPO e ROJAS, 2010).

Nesse sentido, os estudos pós-coloniais estão localizados no pós-estruturalismo francês e, o giro decolonial tem sua genealogia (que engloba experiências, produção de conhecimento e percurso intelectual e político) situada na própria América Latina (MIGNOLO, 2008). Havendo, para Mignolo (2008), nos estudos pós-coloniais, especialmente nos denominados estudos subalternos, certo imperialismo dos Estudos Culturais o que demonstra o não rompimento das produções pós-coloniais com autores e discussões eurocêntricas. Geograficamente situado, o giro decolonial visa transcender o poder colonial mesmo após ter passado pelo processo de descolonização, o que significa que a decolonialidade supõe um projeto presente (RESTREPO e ROJAS, 2010), no qual estamos inseridas e com o qual buscamos dialogar e construir possibilidades no campo do lazer.

A partir dessas circunstâncias, compreende-se que ainda atualmente somos afetados e enfrentamos formas inconscientes e conscientes frutos da colonialidade, sendo ela um fenômeno que alimentou/alimenta o colonialismo (MIGNOLO, 2003). A saber, este último refere-se à dominação político-militar implantada no passado com fins de garantir a exploração do trabalho e riquezas das colônias em favor do colonizador (RESTREPO e ROJAS, 2010). A colonialidade, dessa forma, não termina com o fim do colonialismo, estando presente até hoje por meio da naturalização de hierarquias raciais culturais territoriais e epistêmicas, que geram relações de dominação

e exploração pelo capital de alguns seres humanos por outro em escala mundial (RESTREPO e ROJAS, 2010); o que para os autores pode ser resumido no fato de que, a colonialidade é uma matriz de poder na qual o sistema moderno está estruturado.

Nessa direção, lançamos mão do entendimento de Quijano (2005), um dos precursores do pensamento decolonial, para compreendermos o processo de colonização sustentado pela lógica da colonialidade; reconhecida aqui como um fio condutor capaz de ligar as experiências do passado colonial ao presente das sociedades que foram atravessadas pelo colonialismo. Experiências essas que só ocorreram, na perspectiva de Quijano (2005), por meio de quatro instâncias: a) desintegração dos padrões de poder e civilização; b) extermínio físico; c) eliminação deliberada de dirigentes, intelectuais e produtores dos patrimônios nativos e, d) repressão material e subjetiva aos sobreviventes (SILVA; SILVA, 2014).

Tais instâncias, por sua vez, sustentaram-se em dois eixos: racionalização e racialização (QUIJANO, 2005). A racionalização tem a ver com a imposição da racionalidade eurocêntrica como superior e, por isso, padrão cujos colonizadores justificavam o domínio colonial. Já a racialização, estabelece-se a categoria mental e social baseada na raça, na qual,

[...] povos europeus, autodenominados brancos, cristãos, heterossexuais e racionais ocupam o lugar de superioridade em relação aos povos colonizados, denominados indígenas, negros, irracionais e selvagens (SILVA; SILVA, 2014, p.160).

Sobre isso, Pinto e Mignolo (2015) consideram que, a diferenciação pautada na raça legitimou não só a escravidão como também a relação capital-trabalho, imposta pelo e no período do colonialismo. O que ainda ressoa na atualidade, como uma inter-relação entre passado e presente conectados pela colonialidade. Dessa maneira, Quijano (2005) afirma que não existe modernidade sem colonialidade, sendo essa última dividida em colonialidade do poder, saber, ser e da natureza.

A colonialidade do poder é justamente a emersão de experiências e concepções organizadas socialmente a partir da ideia de raça e gênero, sendo o capitalismo a estrutura de controle de trabalho (QUIJANO, 2000). Tais experiências e concepções, no entanto, se configuram como formas “modernas” de exploração e dominação relacionadas e alimentadas pelo colonialismo (ASSIS, 2014). A colonialidade do saber refere-se às questões epistemológicas, começando e terminando com a dominação cultural, da informação e do conhecimento (PINTO; MIGNOLO, 2015) que, reproduz certos regimes de pensamento como hegemônico e silencia qualquer outra epistemologia (QUIJANO, 2000).

Na sequência temos a colonialidade do ser que, retroalimentada pelas primeiras, diz respeito aos impactos na linguagem e visão de mundo dos povos colonizados devido à experiência violenta de colonização (MALDONADO-TORRES, 2007). É o processo de coisificação do outro, destituição de seus saberes, conhecimento, cultura, memória e etc. em detrimento dos modos hegemônicos de ser; é a internalização da subalternidade decorrente da dominação colonial (ASSIS, 2014; SILVA; SILVA, 2014).

Por último, a colonialidade da Natureza, refere-se ao modo como o ser humano “foi separado” da natureza a partir de uma concepção binária, na qual impera a lógica utilitarista da apropriação da natureza por parte do ser humano, sendo rompida a relação de continuidade existencial entre ambos (SILVA; SILVA, 2014). A colonialidade da natureza se refere, então, à relação de apropriação hegemônica que o homem tem com o meio ambiente, do qual ele extrai recursos naturais como meras mercadorias ou aniquila territórios em favor do capital. O que para Walsh (2008), silencia as cosmovisões dos povos nativos que entendiam a relação humano-natureza a partir da dimensão espiritual.

Nessa perspectiva, é no interior do que Mignolo (2003, 2008) chama de diferença colonial que emerge a colonialidade, especialmente a do poder. Sendo a diferença colonial

[...] o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário, onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (MIGNOLO, 2003, p.10).

Tal entendimento nos permite confrontar o conceito único de modernidade, no qual não existem precedentes e impera a lógica da globalização. Isso porque a diferença colonial parece abrir espaço para que possamos falar do que Dussel (1994) chamou de transmodernidades, na qual o espaço-tempo transcende a lógica da modernidade ocidental, permitindo que a o sistema mundial possa ser “pensando no “outro extremo”, ou seja, a partir da ideia de “modernidades coloniais” (MIGNOLO, 2003, p.10).

Na transmodernidade, entendida por Mignolo (2003) como projeto de liberação política, econômica, ecológica, erótica, pedagógica e religiosa, há a inclusão solidária entre centro/periferia, homem/mulher, diferentes raças, grupos étnicos, classes, civilização/natureza, cultura ocidental/culturas do Terceiro Mundo etc. (DUSSEL, 1995, p. 76). Ao trazermos essa compreensão para o campo dos Estudos do Lazer vislumbramos potentes possibilidades de articulações teóricas, especialmente para pensar a categoria tempo.

Decolonizar a Temporalidade

Nesta direção, trazer para este trabalho as contribuições de Maldonado-Torres é fundamental, pois este estudioso decolonial nos permite questionar a linearidade da temporalidade que integra a lógica das ciências europeias: historicismo, empiricismo e positivismo. Trazer para reflexão que esta forma de entender a ciência reforça o que

considera ser medido e comprovado e assim o conhecimento é reconhecido como uma soma de dados que são observados, quantificados, analisados, comprovados, divulgados e reconhecidos.

No campo de estudos do lazer observamos esta realidade em que os dados têm sido o modo predominante de se referir aos potenciais objetos de conhecimento, como se eles aparecessem em um campo de temporalidade linear (MALDONADO-TORRES, 2018). Nesta perspectiva de construção da ciência se torna complexo e muitas vezes inviável investir olhares para fenômenos que refletem ou são encontrados na intersecção de temporalidades.

Nesta jornada entendemos que os processos de colonização dizem também deste lugar e modo de fazer ciência, do que é visível, concreto, quantificável em um determinado período de tempo. Enquanto a decolonialidade é uma experiência de luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana. Barrera e Vazquez (2016), ao explorarem o conceito de estesia decolonial¹⁰ revelam a necessidade de “resgatar outras formas de perceber o mundo que tem outra temporalidade, uma temporalidade de onda na qual a noção de memória, de recordar se torna muito importante para compreender e perceber o mundo” (BARRERA E VAZQUEZ, 2016, p.80 – tradução nossa).

A perspectiva decolonial, ao tensionar as lógicas cunhadas na modernidade, questiona também a ideia de tempo linear e toda a dinâmica atrelada ao ideário de progresso. Traz à cena, por outro lado, uma possibilidade de perceber o mundo que revela que

¹⁰ O conceito de Estesia Decolonial é fruto de um percurso do pensamento decolonial que se debruçou sobre o campo da arte no sentido de construir o que seria uma estética decolonial. A estesia seria, portanto, a emancipação da estética. É, segundo Mignolo (2019) um conceito revitalizado para realizar um resgate epistemológico.

o tempo contém a pluralidade de tudo o que é vivido, que é uma pluralidade aberta de experiências vividas, de memórias ancestrais, de relações com o mundo, com os mundos. As múltiplas experiências do vivido não se expressam necessariamente em todos os presentes, não se expressam necessariamente no espaço porque não estão contidas no presente da presença, o transbordam. O tempo então aparece para nós como a alteridade radical da ordem da presença. São realidades não presentes, existem no tempo (mas aí temos o problema da linguagem moderna, porque a existência já nos leva ao espaço) mas - digamos - existem como memórias numa pluralidade em que podemos compreender o tempo como uma dimensão em movimento contínuo que está emergindo como uma presença (BARRERA E VAZQUEZ, 2016, p.81 – tradução nossa).

Em seus estudos com o povo Akwê-Xerente, Soares (2017) destaca que os sujeitos não indígenas têm temporalidades e formas de habitar o mundo diferente das temporalidades do grupo estudado, e que o etnocentrismo e todos os pré-conceitos construídos ao longo da história trazem uma visão preconceituosa e distorcida das experiências de temporalidade indígena. Para esta autora, tempo e território estão em movimento e acontecem em um processo recíproco e de forma simultânea e todos os aspectos que envolvem o habitar Akwê-Xerente, fazem parte de suas territorialidades e temporalidades.

A natureza, a cultura, as organizações política, social e econômica constituem esses processos. Na forma de habitar, deste povo indígena específico, há uma ação do tempo no território e, de forma simultânea, uma ação do território no tempo. [...] Este território traz a possibilidade de habitar práticas culturais de lazer que demonstram uma perspectiva de relação com todo esse processo construído de territorialidade e alteridade, temporalidade e sustentabilidade. O habitar do povo Akwê-Xerente possibilita o emergir de práticas culturais que trazem elementos que nos dizem da possibilidade de uma relação com o lugar onde vivem os indígenas, onde podem ser como são, pintar seus corpos, cantar seus cantos e dançar pela noite, em comemorações ou rituais. O que se apresenta neste modo de vida é uma possibilidade de interação entre territorialidade, alteridade, temporalidade, sustentabilidade cultural e os estudos do lazer (SOARES, 2017, p. 98 e 106).

Desta forma, consideramos pertinente construir pontes entre o campo de estudos do lazer e os caminhos teóricos práticos construídos pelo giro decolonial. Reconhecendo que na atualidade mantém-se a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta, bem como a lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e

da conquista da independência econômica e política. Portanto os estudos e construções decoloniais nos orientam para a elaboração das nossas vivências e produções no campo intelectual, ativista e artístico, sendo estas formas de luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos.

Lazer e Decolonialidade: Construindo Pontes

O debate decolonial tem-se feito presente e potente em diversos campos de estudos criando movimentos que compreendem a importância de lançarmos olhares contra-hegemônicos a partir das experiências e do contexto latino-americano. Assim, pela interdisciplinaridade dos estudos do lazer buscamos trazer provocações e construções que vêm sendo realizadas em perspectivas que possuem interfaces especialmente com as artes, educação e processos sociais a partir de experiências culturais.

Assumindo a perspectiva decolonial, podemos compreender que os processos de dominação e regulação também se deram, e continuam se perpetuando, no campo das subjetividades por meio da estética. Segundo Barrera e Vazquez (2016, p.79 – tradução nossa), “a estética estaria marcando a regulação moderno-colonial do sentir, do estar no mundo, da nossa relação sensorial com o mundo”. Segundo os autores, a práxis decolonial seria o enfrentamento e a construção de uma nova lógica em que possam emergir e serem visibilizados outras formas do “belo, do sublime e de percepções de mundo”.

O que, pensando a partir da discussão no campo do lazer, coloca em evidência o entendimento de lazer como “participação e produção poética da vida social” (DEBORTOLI, 2012, p.15), na medida em que acreditamos que essa concepção anuncia como possibilidade a articulação com o debate da decolonialidade. O autor, a partir

desse viés, defende que a noção de lazer provocaria o que denomina de “inversão da lente do mundo”, ou seja, leva para a centralidade práticas e expressões historicamente localizadas à margem dos debates acadêmicos.

Essa inversão, como denomina Debortoli, parece guardar em si a potência de dialogar com a proposta do giro decolonial, na medida em que nos permite ver, agir, relacionar com o mundo sob outros parâmetros. Nessa perspectiva, Zulma Palermo, importante intelectual que vem produzindo na perspectiva decolonial da atualidade, afirma que há uma centralidade na opção decolonial na luta pela coexistência de muitas possibilidades de existência, a partir de um “olhar des/decolonial, um olhar inclinado a colaborar na transformação das formas de ser-fazer-saber a partir do Sul planetário, rumo ao encontro de um mundo no qual caibam muitos mundos” (PALERMO, 2019, p.49).

O compromisso, segunda a autora, do fazer-dizer-pensar-sentir decolonial seria “potencializar alternativas a partir de lugares-outros que trazem em sua memória experiências de convivência e solidariedade milenares e diversas” (p.51), na contramão do processo unificador da globalização. Se tomarmos o lazer como essa possibilidade também de inversão, de foco em outros modos de vida, a relação com a decolonialidade fica posta como rica possibilidade de ampliação de leituras e construção de análises.

Ao agregarmos na discussão o amplo debate em torno do lazer como dimensão da cultura (GOMES, 2014) que se estabelece a partir da diversidade das formas de ser e estar no mundo, parece-nos extremamente potente, tanto da perspectiva cultural como também da educação, estabelecermos diálogos com a noção de interculturalidade. Proposta por Catherine Walsh, essa noção refere-se a:

- Um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade.

- Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença.
- Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados.
- Uma tarefa social e política que interpela ao conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e *solidariedade*.
- Uma meta a alcançar (WALSH, 2001, p. 10-11).

É importante ressaltar, como explica Walsh (2019), que esse conceito tem sua origem no movimento étnico-social indígena Equatoriano e não provém, portanto, da academia. Esse fato coloca essa discussão em um lugar outro, não apenas pelo lócus de produção, mas principalmente por não ter como base uma lógica não eurocêntrica. Dessa forma, a interculturalidade vai além da compreensão de inter-relação, ela representa uma lógica e, não simplesmente um discurso, construída a partir da particularidade da diferença. Diferença esta que, na terminologia de Mignolo, é colonial, “consequência da passada e presente subordinação de povos, linguagens e conhecimentos” (WALSH, 2019, p.15).

Na articulação aqui proposta entre o campo do Lazer e a decolonialidade, reconhecemos a interculturalidade como uma noção de grande relevância, uma vez que lida com a dimensão da cultura aliada à política e a questão epistêmica. Trata-se, de um diálogo com vistas a promover a emergência de uma forma outra de olhar para os processos sociais e que, nos termos de Walsh (2019), não seja apenas direcionado para o reconhecimento e inclusão de outras narrativas e práticas, mas que se proponha a promover mudanças nas estruturas sócio-históricas.

Nessa direção, ao nos aproximarmos de um contexto minoritário indígena, por exemplo, na busca por observar, descrever e analisar as práticas culturais cotidianas, que vem sendo experimentadas e experienciadas, estamos assumindo e nos projetando a refletir, como destaca Magnani (2018), acerca da necessidade em entender como os

sujeitos vivem e falam, a partir de seus lugares, sem perder o pé no concreto vivido, que está sempre em processo.

A possibilidade de aproximação do modo de habitar do indígena surge como uma tentativa de decolonizar saberes e contribuir com a garantia da preservação de outros saberes e práticas culturais que compõem a vida cotidiana desses povos originários por meio de processos de envolvimento, territorialização e alteridade.

Por isso, o debate sobre lazer e alteridade é necessário, indica, inequivocamente, uma prática destinada a enfatizar as diferenças em seu sentido intensivo. A respeito da pesquisa com mulheres negras, compreendemos que seus corpos dançantes e os processos por meio dos quais se articulam e agem no mundo parecem demandar um olhar para a experiência da vida em sua totalidade, escapando de dualidades e fragmentações tão comuns no trato com os corpos. Tal movimento ou inversão na forma como se enxerga os corpos dessas mulheres, permite, a princípio, reconhecer em seus movimentos traços de luta e re-existência de vozes que, historicamente foram silenciadas, mas insistiram em subverter-se de diferentes formas, como no sentido do lazer em sua produção poética.

Sobre isso, é interessante notar que Moura (2019) faz uma leitura acerca das Artes nas universidades e também na educação básica, discorrendo sobre a construção e formação de currículos eurocêntricos e estadunidenses e suas inquietudes com a ausência de outros saberes das artes. Tal postura do autor fica evidente quando ele relata sua experiência com uma professora:

Devo a essa formadora todo o conhecimento sobre os preciosos “ismos” da história da arte europeia: classicismo, neoclassicismo, romantismo, realismo, impressionismo, expressionismo, simbolismo, fovismo, cubismo, surrealismo, dadaísmo etc. Porém, não posso deixar de debitar à mesma professora, mas não só a ela, todo o desconhecimento sobre outras histórias, outras artes e outros “ismos” silenciados e que são socialmente visibilizadores das realidades latino-americanas: colonialismo, patriarcalismo, machismo, racismo, escravismo, globalismo, modernismo (MOURA, 2019, p. 34-35).

Nesse sentido, entendemos que já há um caminho apontado para a construção de re-existências, assumindo a necessidade de trazeremos essas outras produções latino-americanas para o debate. Movimento que nos provoca uma “desobediência docente” que, podemos estender para uma “desobediência para a vida” já que esse movimento nos convida a um enfrentamento às estruturas hegemônicas.

Ao dizermos de “desobediência”, aliás, ainda que não no sentido apresentado por Moura (2019), trazemos para cena o contexto das mulheres em situação de rua que, em sua maioria, têm suas vidas atravessadas por violências interseccionadas (SARMENTO E PEDRONI, 2017; DE ANTONI e RUAS MUNHÓS, 2016; ROSA e BRÊTAS, 2015) que culminam em sua saída (fuga!) dos lares – num ato de desobediência ao que as oprime. Essas mulheres, por estarem em situação de rua, normalmente atraem olhares que as reduzem às suas vulnerabilidades, reduzindo-as (junto como os homens na mesma condição) ao *status* “não-humano” que gera, concomitantemente repulsa por sua presença e inviabilidade na perspectiva de direitos (EUGENIO, 2018).

Esse não olhar para o todo, no entanto, parece desconsiderar a vida dessas mulheres em outras dimensões do seu cotidiano, tratando-as, de fato, como um “problema” de segurança e saúde pública. Por isso, entendemos que olhar para essas mulheres em sua totalidade a partir da lente do lazer, é ir contra a forma como as mesmas são reconhecidas tanto pelo poder público, quanto pelo senso comum que ainda desconhece o modo de vida de quem vive em situação de rua (EUGENIO, 2018). Além disso, concordamos com Gomes (2014) sobre a urgência do debate acerca do lazer ultrapassar os âmbitos nos quais o mesmo vem sendo discutido por anos, negando outras formas de existência ou re-existência, no caso das mulheres em situação de rua.

Nessa perspectiva de pensar e olhar para os processos de re-existência a partir do lazer, aproximamos agora a discussão sobre a resistência e potência das manifestações

culturais. O primeiro exemplo que integra esta pesquisa é o Boi-Bumbá de Parintins, tombado como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro na figura do Boi de Festival (palco/arena), que tem como elemento principal os Bois-Bumbás Caprichoso e Garantido.

De um folguedo de rua, os bois-bumbás de Parintins ganharam proporção nacional e internacional, tornando-se uma atividade buscada por várias pessoas para vivenciar o lazer no último fim de semana do mês de junho. Contudo, dentre os vários olhares para essa manifestação cultural, nos interessa as relações de fronteiras entre tradição e inovação que se fazem presentes no Festival Folclórico de Parintins, sendo que a tradição fortalece os valores e as crenças, organizando a cultura que se transmite de geração para geração.

Dessa maneira, mesmo assumindo uma nova forma de se apresentar ao público na arena, resquícios do colonialismo e, conseqüentemente, influência de um processo civilizador, os Bois-Bumbás ainda mantêm suas tradições, desobedecendo e escapando, em alguns processos internos, às lógicas impostas pelo neoliberalismo. Essa postura que segue nos dias atuais em constante transformação, no que diz respeito à luta, à resistência e à preservação da cultura e da memória do povo parintinense.

Assim como o Festejo do Tambor Mineiro, celebração do encontro e de fé que reúne Guardas e Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de outros Santos do congado, além de grupos percussivos e artistas da cena da cidade de Belo Horizonte. Uma festa que traz a narrativa de fé afro-mineira, por meio das rezas das Guardas que se entrelaçam aos pontos cantados aos Orixás pelos artistas, que se conectam aos tambores e ritmos vindos da África, que se expressam pelos grupos de percussão. Corpos que tocam, dançam, rezam e se constroem na partilha de uma festa negra, pública e na rua.

Trazer a centralidade da experiência do Festejo em um contexto urbano é nos provocar acerca de outras relações com o tempo e com a ocupação de um espaço público. Em dia de festa outras corp(oralidades) se achegam, abre-se espaços para os sons das caixas, patangomes e gungas, ao invés das buzinas e dos automóveis. A festividade nos convida a um encontro, a um andar lento, a um parar e contemplar, a experienciar o urbano a partir de outra narrativa, com as lentes de um povo de fé, de luta e de festa.

Portanto, nossos contextos de estudos apresentados acima e, nossos lugares enquanto pesquisadoras nos provocam a trazer o debate decolonial para o campo de estudos do lazer, nos permitindo pensar que outra forma de conceber o lazer é possível. Uma forma que está mais para as experiências do que para objetos e formas, uma forma que considera outras maneiras de ser e estar no mundo. Além disso, também reconhecemos a urgência e importância de trazeremos experiências e resistências latino-americanas para o bojo das discussões no campo do lazer, entendendo que é no chão da aldeia, das ruas e das festas que banham movimentos e os incômodos e, também nascem as lutas e as bonitezas que potencializam nossa caminhada na produção de conhecimentos escritos.

Considerações Finais

Em um movimento de circularidade, assumindo a possibilidade de, na escrita coletiva acadêmica, olharmos umas para as outras enquanto mulheres pesquisadoras latino americanas, realizamos a opção decolonial. Essa escolha nos projeta para um lugar epistemológico invertido, e nos abre a possibilidade de fazer ressoar e visibilizar lugares e vozes historicamente silenciadas, subalternizadas, mas que re-existem nas lutas.

Reconhecendo as diferentes colonialidades - do poder, do saber, do ser e da natureza – que seguem produzindo opressões e desigualdades, somos desafiadas a libertar nossa escrita e abrir territórios de diálogos colaborativos visando uma produção de conhecimento a partir de epistemologias outras: feminista, negra, indígena e do campo de estudos do lazer.

Realizar esse primeiro diálogo com os estudos decoloniais e trazer provocações que nos levam a pensar que outro lazer é possível nos possibilitou abrir caminhos para novas construções no campo. Olhar para as experiências em nossos diversos contextos de pesquisa nos chacoalhou e trouxe incômodos, e através desses escritos sinalizamos um primeiro movimento que dialoga as práticas sociais com a perspectiva decolonial. Acreditamos que esse movimento potencializa e abre, horizontes outros, para uma construção teórica/ metodológica no campo lazer. Um lazer que é contra-hegemônico e que nos permite *sulear*, evidenciando as experiências, manifestações culturais e modos outros de ser e estar no mundo.

Consideramos que no campo de estudos do lazer há que se buscar trazer para análises e reflexões a opção decolonial, entendendo que o campo acadêmico é um espaço de luta epistêmica e política. Este movimento se faz necessário pois, a nossa racionalidade ocidental, bem como a herança que carregamos do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado, por vezes, não nos permitiu reconhecer outros saberes, outros modos de viver advindos da ancestralidade de nossos povos, das diferentes cosmologias, dos saberes e experiências revelados nas oralidades ou nos silêncios da natureza.

Garantir tempos e espaços para o desenvolvimento de pesquisas, saberes e práticas que estejam ancorados no processo de interculturalidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma demanda urgente, que nos desafia a desconstruir a forma de

pensar a produção da vida, os processos de territorialidades e temporalidades nos diferentes modos de habitar e que nos indiquem caminhos para outras formas de viver.

Ao longo deste artigo, ao aproximarmos os estudos do campo de lazer da opção decolonial, compreendemos que nossa empreitada não é inaugural, nem tão pouco está concluída. Ao contrário, o que aqui fora apresentado decorre de nossas experiências de pesquisas que, cada uma em seu âmbito, resguarda em si traços de re-existências, lutas, desobediências e valorização de outras formas de ser, estar e conceber o mundo.

Não por acaso, no campo de estudos do lazer já havia certa enunciação a respeito tanto da necessidade desenvolver pesquisas em contextos no qual o lazer não é observado, quanto no que diz respeito à urgência de entender o lazer para além da lógica ocidental que delineou como aceita e única certas práticas, culturas e epistemologias. Por isso, consideramos pertinente olhar para nossas experiências de pesquisas e, também para as discussões epistêmicas do lazer, por meio de uma perspectiva contra-hegemônica capaz de nos orientar e fornecer subsídios para que no futuro (que já está presente!) possamos pensar em um lazer decolonial ou ainda em uma decolonialidade do lazer.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Dissertação (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11. mai./ago. p. 89-117, 2013.

BARRERA, Miriam; VAZQUEZ, Rolando. Aesthesis decolonial y los tiempos relacionales. **CALLE 14**, v. 11, n. 18, jan./abr., 2016.

COSTA, Karla Tereza Ocelli. **Arturos, filhos do rosário:** nas práticas sociais, uma história que se revela na Festa de Nossa Senhora do Rosário. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

COSTA, Karla Tereza Ocelli. **Vem que Hoje é Dia de Festa:** Corpo, território e ancestralidade nas festas da Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga – Bom Despacho, MG.2017. 135 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

DE ANTONI, Clarissa e RUAS MUNHÓS, Aline Asmann. As violências institucional e estrutural vivenciadas por Moradoras de rua. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 641-651, out./dez. 2016.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Lazer, envelhecimento e participação social. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.1, mar. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/download/739/540/3338>. Acesso em: 3 nov. 2020.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUSSEL, Enrique. **1492 El encubrimiento del otro:** hacia el origen del “mito de la modernidad”. La Paz: Plural, 1994.

_____. **The invention of the Americas:** eclipse of “the other” and the myth of modernity. New York: Continuum Publishing, 1995

EUGENIO, Jordania de Oliveira. **A Experiência Turística da população em situação de rua da cidade de Niterói–RJ:** Horizontes possíveis para o turismo social. 2018. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008.

FELIZARDO JUNIOR, Luiz Carlos. **Na encruzilhada do Soul:** Lazer, Educação, Dança, Transgeracionalidade na metrópole. 2017. 239 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

GOMES, Christianne Luce *et al.* Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável: uma discussão conceitual sobre lazer, esporte e cultura. In: PINTOS, A. L. S.; ISAYAMA, H. F. (org.). **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS).** Campinas: Autores Associados, 2016.

_____. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan./abr., 2014.

GOMES, Christianne Luce; ELIZALDE, Rodrigo. Produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: Desafios e perspectivas. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. (org.). **Produção de conhecimento em estudos do lazer: Paradoxos, limites e possibilidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 113-137.

GROSFOGUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter. Intervenciones descoloniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**, nº 9, p. 29-37, julio-diciembre, Bogotá - Colombia, 2008. ISSN 1794-2489. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/02grosfoguelMignolo.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

JESUS, Leonardo Fernando de. **A capoeira no período da ditadura militar (1964-1985) no contexto de Belo Horizonte – MG: Diálogos acerca dos processos de resistência e enquadramento na prática da capoeiragem**. 2015. 72 f. Dissertação (Mestrado) – Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2015.

KANITZ, Roberto Camargos Malcher. **Capoeira angola na favela: juventudes, sentidos e redes sociais**. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras, 2020. E.book. Disponível em: <http://www.amazon.com.br/amanh%C3%A3-n%C3%A3o-est%C3%A1-%C3%A0-venda-ebook/dp/B0876HG28P>. Acesso em: 25 out. 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor (org.). **Lazer de Perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018.

MALDONALDO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar; 2007.

_____. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MALLON, Florencia E. “Promesa y dilema de los Estudios subalternos. Perspectivas a partir de la historia latino-americana”. En: Pablo Sandoval (Compilador). **Repensando La subalternidad**. Miradas críticas desde/sobre América Latina. Instituto de Estudios Peruanos, Lima, Peru, 2010.

MELO, Vinicius Thiago de. **História da capoeira de rua de Belo Horizonte (1970-1990): manifestação cultural, lazer e política na sociedade moderna**. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado da identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

_____. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. **La Idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial.** Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. Reconstitución epistémica/estética: la aesthesis decolonial una década después. **CALLE 14.**, v. 14, n. 25, jan./jun, 2019.

MOURA, Eduardo Junio Santos. ARTE/EDUCAÇÃO DECOLONIAL na América Latina. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 1, p. 31-44, jan./jun. 2019.

NIGRI, Bruno Silva. **Samba no terreiro: música, corpo e linguagem como prática cultural - apontamentos para o campo do lazer.** 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

NUNES, Raquel Rocha. **Lazer, resistência e cultura no contexto urbano: dos tambores e ritmos africanos ao Festejo do Tambor Mineiro.** 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

PALERMO, Zulma. Zulma Palermo: a opção decolonial como um lugar-outro de pensamento. [Entrevista concedida a SPYER, Tereza; LEROY, Henrique e NAME, Leo.] **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, p. 44-56, 2019.

PALHARES, Leandro Ribeiro. **O Berimbau Ensina! O Segredo de São Cosme quem sabe é São Damião, camará...** 2017. 170 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

PINTO, Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Porto Alegre: **Civitas**, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”. **Journal of World-Systems Research**, v. 11, n.o 2, p. 342-386, 2000.

_____. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos.** Popayán: Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, Joice Otânia Seixas. A produção generificada do brinquedo de miriti: marcas de colonialidade. **Revista COCAR**, Belém, v. 13. n. 25, p. 136 a 159, jan./abr., 2019.

ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface** (Botucatu), n. 19, v. 53, p. 275-85, 2015.

SARMENTO, Caroline Silveira; PEDRONI, Gabriela. Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11. WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13, **Anais eletrônicos**, Florianópolis, 2017.

SILVA, Filipe Gervásio Pinto; SILVA, Janssen Felipe. Crítica decolonial das Epistemologias do Sul e o contexto de constituição das coleções didáticas do PNLD-CAMPO/2013. **REALIS**, v.4, n. 02, jul./dez., 2014.

SOARES, Khellen Cristina Pires Correia. **Cultura e Lazer na vida do povo Akwê-xerente**. 2017. 171 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SOUZA, Dimas Antônio de. "**Campo de mandinga**: estética, ética e política na Capoeira Angola". 2016. 2010 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

VIANA, Iara Félix. **Mulheres Negras e Baile Funk**: sexualidade, violência e lazer. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

WALSH, Catherine. **La educación intercultural en la educación**. Peru: Ministerio de Educación, 2001. Mimeografado.

_____. Interculturalidad, Plurinacionalidad y Decolonialidad: Las Insurgencias Político-Epistémicas de Refundar el Estado. **Tabula Rasa**. Bogotá, Colombia, n. 9, p. 131-152, jul-dic 2008.

_____. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)**, v. 5, n. 1, jan./jul., 2019.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec/Educ. 1997.

Endereço das Autoras:

Joise Simas de Souza Maurício
EEFFTO/UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG –31.270-901
Endereço Eletrônico: joise.simas@gmail.com

Jordania de Oliveira Eugênio
EEFFTO/UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG –31.270-901
Endereço Eletrônico: jordaniaeugenio2@hotmail.com

Juliana Araujo de Paula
EEFFTO/UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG –31.270-901
Endereço Eletrônico: j.araujodepaula@gmail.com

Khellen Cristina Pires Correia Soares
310 Sul, Av. LO 5, s/n –Plano Diretor Sul
Palmas – TO – 77.021-090
Endereço Eletrônico: khellen.correia@ifto.edu.br

Raquel Rocha Nunes
EEFFTO/UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG –31.270-901
Endereço Eletrônico: E-mail: raquelrochan@gmail.com